

Jurisprudência Ambiental do STJ e Mudanças Climáticas

João Otávio de Noronha

Ministro, Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça - STJ



Mudanças Climáticas

- Gravidade dos efeitos mais conhecidos
 - Agravamento da intensidade de eventos climáticos extremos
 - Aumento do nível do mar
 - Crise hídrica e desertificação
 - Extinção de espécies

Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei 12.187/09

- Estrutura básica
- Inexistência de precedentes específicos no STJ sobre a nova Lei. Razões
 - Caráter recente
 - Generalidade do texto legal
 - Diluição do tema em outros mais tradicionais
(licenciamento, florestas, água, proteção do litoral)

Jurisprudência Principiológica do STJ Aplicável às Mudanças Climáticas

- Natureza *propter rem* das obrigações ambientais
- Inexistência de direito adquirido de poluir
- Princípio *in dubio pro Natura*
- Princípio da precaução

Natureza Ambulante das Obrigações Ambientais

- “A aquisição da propriedade rural sem a delimitação da Reserva Legal não exime o novo adquirente da obrigação de recompor tal reserva” (REsp 263383/PR, Rel. João Otávio de Noronha).
- “As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.” (Súmula 623. Precedente: EResp 218.781/PR, Rel. Herman Benjamin, e muitos outros precedentes).

Inexistência de Direito Adquirido de Poluir

- “A ação de reparação/recuperação ambiental é imprescritível” (REsp 647493/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha)
- “Esta Corte é pacífica no sentido de que não há direito adquirido a poluir ou degradar o meio ambiente” (REsp 1.222.723/SC, Rel. Mauro Campbell)

Princípio *In Dubio Pro Natura*

- As normas ambientais devem atender aos fins sociais a que se destinam, ou seja, necessária a interpretação e a integração de acordo com o princípio hermenêutico *in dubio pro natura*' (REsp 1.367.923/RJ, Rel. Humberto Martins)

Princípio da Precaução e Paralisação de Empreendimento

- “Eventual lesão econômica pode ser reparada; a lesão ambiental, por sua vez, jamais poderá ser restaurada caso executados os trabalhos de construção civil, ante o impacto que provocam. Confrontados o interesse privado e o público, deve-se privilegiar este - que é irreparável - em detrimento daquele. Havendo o prosseguimento da construção, corre-se o risco de autorizar provimento apto a macular a fauna e a flora locais de maneira irreversível” (AgRg na SLS 1419/DF, Rel. p/ o acórdão, Min. João Otávio de Noronha)

Jurisprudência em Dois Temas Relacionados a Mudanças Climáticas

- Água
- Queimadas

Crise Hídrica e Ocupação Irregular de Área Protegida

- “A destruição ambiental verificada nos limites do Reservatório Billings, que serve de água grande parte da cidade de São Paulo, provocando assoreamentos, somados à destruição da Mata Atlântica, impõe a condenação dos responsáveis, ainda que, para tanto, haja necessidade de se remover famílias instaladas no local de forma clandestina, em decorrência de loteamento irregular implementado na região”.

Crise Hídrica e Ocupação Irregular de Área Protegida

- “Não se trata tão-somente de restauração de matas em prejuízo de famílias carentes de recursos financeiros, que, provavelmente deixaram-se enganar pelos idealizadores de loteamentos irregulares na ânsia de obterem moradias mais dignas, mas de preservação de reservatório de abastecimento urbano, que beneficia um número muito maior de pessoas do que as residentes na área de preservação” (REsp 403.190/SP, Relator João Otávio de Noronha).

Uso de Fogo e Queimadas

- “Tratando-se de atividade produtiva, mormente as oriundas dos setores primário e secundário, o legislador tem buscado, por meio da edição de leis e normas que possibilitem a viabilização do desenvolvimento sustentado, conciliar os interesses do segmento produtivo com os da população, que tem direito ao meio ambiente equilibrado”.

Uso de Fogo e Queimadas

- Segundo a legislação, “é proibido o uso de fogo nas florestas e nas demais formas de vegetação, as quais abrangem todas as espécies, independentemente de serem culturas permanentes ou renováveis. Tendo sido realizadas queimadas de palhas de cana-de-açúcar sem a respectiva licença ambiental, e sendo certo que tais queimadas poluem a atmosfera terrestre, evidencia-se a ilicitude do ato, o que impõe a condenação à obrigação de não fazer, consubstanciada na abstenção de tal prática (REsp 439.456/SP, Relator Min. João Otávio de Noronha)

Desnecessidade de Juiz Ativista Ambiental

- “No Brasil, ao contrário de outros países, o juiz não cria obrigações de proteção do meio ambiente. Elas jorram da lei, após terem passado pelo crivo do Poder Legislativo. Daí não precisarmos de juízes ativistas, pois o ativismo é da lei e do texto constitucional” (REsp 650.728/SC, Rel. Herman Benjamin).

The background is an abstract, textured surface with shades of blue and purple. A solid dark blue horizontal bar is positioned in the upper left quadrant. The text is centered in the lower half of the image.

O Superior Tribunal de Justiça e a Agenda 2030

■ Metas que colocam o Judiciário em alinhamento com a Agenda 2030 das Nações Unidas:

- informatização dos órgãos judiciários;
- tramitação eletrônica dos processos;
- padronização de julgamento dos processos repetitivos;
- implementação do programa de Inteligência artificial;
- Projeto STJ sem plástico;
- capacitação de mais de 16 mil pessoas em sustentabilidade;

- primeira Corte a criar estrutura exclusiva de disseminação de práticas de sustentabilidade;
- participação ativa para criação da Rede Ibero-americana de integridade judicial;
- Tratativas internacionais sobre integridade judicial, combate à corrupção e proteção ao meio ambiente;
- inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os processos de compras e contratações no STJ

The background is an abstract, textured surface with a color gradient from deep blue to purple. A thin, dark horizontal line is positioned in the upper left quadrant. The text 'FIM' is centered in the lower half of the image.

FIM